



***O roubo da história* de Jack Goody: uma leitura da História das Relações Internacionais**

Rodrigo Corrêa Teixeira¹ •

Resenha de: GOODY, Jack. O roubo da história: como os ocidentais se apropriaram das ideias e invenções do Oriente. São Paulo: Ed. Contexto, 2008. 368 páginas.

O roubo da história é uma das mais polêmicas obras sobre o eurocentrismo, colocando questões historiográficas importantes para a compreensão dos sistemas internacionais no transcurso da história mundial, particularmente em relação à emergência das potências hegemônicas europeias na modernidade.

O autor é Jack Goody, que nasceu em Londres em 1919, um antropólogo de formação, que se tornou etnohistoriador e africanista.

A obra tem uma estrutura muito equilibrada no que se refere à divisão em partes e capítulos. Dividida em três partes, a primeira (*Uma genealogia sociocultural*) enfatiza a validade da concepção europeia de um tipo equivalente do árabe isnad, uma genealogia sociocultural, que surge da Antiguidade, progride para o capitalismo por intermédio do feudalismo e coloca a Ásia na posição de despótica ou atrasada. Em sua segunda parte (*Três perspectivas acadêmicas*) o autor examina três grandes eruditos (Needham, Elias, e Braudel), que embora tenham tentado falar da Europa em relação ao mundo, sempre privilegiaram os europeus. Já na terceira parte (*Três instituições e valores*), Goody interpreta as pretensões de vários europeus de se apresentarem como guardiões de algumas estimadas instituições, como um tipo especial de cidade, de universidade, de democracia, e de certos valores, como o individualismo, e até mesmo de algumas emoções, como o amor (amor romântico).

As principais influências intelectuais de Goody formam um painel bastante eclético, pois vai de marxistas a liberais, de evolucionistas a culturalistas, de católicos a budistas, gerando um erudito diálogo entre, Marx, Weber, Freud, Lévi-Strauss, Marshall Sahlins, Talcott Parsons, Edward Shils, Meyer Fortes, Eric Wolf, Gordon Childe, E. P. Thompson, Perry Anderson, Sidney Mintz e Edward Said, entre outros. Diante disto, é decep-

cionante constatar que a edição brasileira não apresenta nem índice remissivo, nem índice onomástico.

O "roubo" (ou "apropriação") se deu com os europeus escrevendo sobre sua história e a do restante da humanidade a partir de seu ponto de vista, criando uma ênfase numa suposta excepcionalidade do Ocidente no tocante a criação de valores (democracia, liberdade, igualdade de direitos), instituições (universidades) e mesmo sentimentos ("amor romântico" e individualismo). Ao mostrar que democracia, capitalismo, liberdade e até o amor não são invenções especificamente ocidentais ou conquistas de um processo histórico supostamente exclusivo, que exclui o Oriente, denuncia-se os limites de confundir a trajetória da humanidade com a narrativa histórica criada pelo ponto de vista europeu.

O objetivo do autor é relatar que a Europa encobre a história do mundo que não seja europeu, e devido a isso, não tem interpretado bem sua própria história, pois impôs seus conceitos e períodos históricos, comprometendo nossa visão da Ásia tanto acerca do passado quanto para o futuro. Goody ainda afirma que a ciência, a tecnologia e a economia do Japão, dos "tigres asiáticos", da China e da Índia talvez estejam perto de, novamente, retomar a hegemonia mundial.

O etnocentrismo dos estudiosos ocidentais está em projetar no passado da Europa a atual superioridade ocidental, de modo que essa

superioridade, que considerando a história como um todo não passa de conjuntural, pareça pertencer essencialmente à cultura ocidental. A Europa controla a história do mundo desde o século XIX, mas a China, os árabes e outros povos asiáticos também tiveram conquistas valiosas.

Esse controle é nitidamente percebido nas concepções de tempo e espaço. Antes da escrita o tempo era contado através de fenômenos naturais, como a projeção do sol, as faces da lua e as quatro estações. O cálculo do tempo foi apropriado pelo Ocidente, no qual as datas são descritas antes e depois de Cristo. Nesse caso, as eras relativas à Hégira, aos hebreus e ao ano chinês não são mencionadas na historiografia acadêmica e muito menos usadas internacionalmente.

Devido às representações gráficas, que surgiram junto com a escrita, as concepções de espaço seguiram as definições europeias. A projeção de Mercator, que coloca a Europa no centro do mundo, é uma das visões de superioridade da Europa, por exemplo. Sem dúvida, cada povo tem noções de espaço distintas, mas o fato é que tais concepções gráficas mapeiam de modo preciso os objetos no espaço, permitindo um estudo mais avançado do ponto de vista geopolítico. O mapeamento foi desenvolvido pelos homens babilônicos e mais tarde pelos gregos e romanos, embora tal conhecimento tenha desaparecido na Europa durante a idade das trevas. Apesar disso,

muitos avanços continuaram ocorrendo no mundo árabe, na Pérsia, Índia e China.

O “Roubo da história” não é somente de tempo e espaço, mas também dos períodos históricos. A ideia linear de contagem do tempo passou a dominar com a colonização europeia, mudando a cultura de muitos povos ao intitular a palavra progresso como sinal de educação e de cultura. A noção da linearidade está presente em todas as sociedades, mas a ideia de progresso é um conceito especificamente próprio da cultura europeia. Depois do advento do iluminismo, o mundo começa a ser regido pela ideia do progresso, inclusive no que tange à evolução histórica. A linha evolutiva Antiguidade-feudalismo-capitalismo, por exemplo, faz a história inclinar-se apenas para a Europa, tomando assim uma direção única.

Um exemplo disso, segundo o autor, é que “nenhum historiador alegou até agora que o capitalismo industrial se desenvolveu espontaneamente em qualquer lugar exceto na Europa e sua extensão americana” (GOODY, 2008, p.109). A visão hegemônica privilegia a Europa, no sentido de que os europeus tiveram sua primazia econômica com o feudalismo, o que levou à Revolução Industrial. A questão central é saber quais processos levaram os eruditos europeus a considerarem o feudalismo europeu o único a levar ao desenvolvimento do capitalismo. Sem dúvida, o feudalismo europeu foi único, mas como são todas as formações sociais. Isso não dá

à Europa o direito de dizer que foi o seu feudalismo que deu surgimento ao processo capitalista.

No centro das discussões conceituais de Goody estão três grandes historiadores. O primeiro é Joseph Needham, que estudou a ciência da China e surpreendeu a muitos ao dizer que ela teria sido igual ou mesmo superior a do Ocidente, pelo menos até o século XVII. O outro é o alemão Norbert Elias, que disserta sobre o processo civilizatório. Por último, o francês Fernand Braudel, erudito que discorre em seus estudos sobre várias formas de capitalismo no mundo, mas acredita que foi somente na Europa que surgiu o desenvolvimento puramente verdadeiro do capitalismo.

Segundo Goody, Needham errou quando disse que o renascimento aconteceu somente na Europa e foi restrito à esfera da arte. Needham passou muitos anos documentando o crescimento da ciência chinesa, mas seu maior objetivo foi tentar explicar que apesar de toda vantagem oriental sobre o Ocidente, quem realizou a ruptura para a ciência moderna foram os Ocidentais e não os orientais. Esse paradoxo é conhecido como o “problema de Needham”. Até a Renascença, para o historiador, os chineses e sua ciência estavam à frente da Europa Ocidental. Até meados de 400 da Era Cristã a Europa e a China estavam praticamente no mesmo patamar. Depois disso a Europa decaiu e a China continuou a crescer avançando até o século XV. Nesse mesmo século, a Europa deu um salto

repentino, em função do nascimento da ciência moderna, que é vista como tendo surgido com a Renascença, a Reforma e a ascensão do capitalismo.

Ao tratar da visão de Norbert Elias, Goody trata de como a história é sempre acompanhada das civilizações, sempre carregada de uma visão etnocêntrica, na qual a luta é ganha pelo Ocidente. A concepção de civilização de Elias está ligada a fatores sociais e psicológicos. Em seus estudos, ele mencionava que depois da Idade Média os homens começaram a censurar suas maneiras levando ao que ele considera “sociogênese dos sentimentos de vergonha e delicadeza e de forma mais geral o comportamento civilizado” (*apud* GOODY, 2008, p.180). Com o passar do tempo, essa vergonha tornou-se culpa. Esse sentimento deu origem à passagem do feudalismo para o absolutismo.

Mesmo havendo importantes mudanças direcionadas ao comportamento europeu na Renascença, não se deve desconsiderar outras sociedades, como, por exemplo, a China, que foi uma sociedade civilizada:

“Lá também o desenvolvimento dos costumes, o uso de intermediário (pauzinho – *hashi*) entre a o alimento e a boca, os rituais complicados de saudação e limpeza corporal, as restrições da corte em contraste com a objetividade dos camponeses, como, por exemplo, na cerimônia do chá, tudo isso apresenta paralelo com a Europa da Renascença” (GOODY, 2008, p.198).

No capítulo acerca de Norbert Elias, Goody volta à questão de que as concepções de

Antiguidade, feudalismo e civilização tem sido apresentadas como sendo exclusividade da Europa, excluindo o resto do mundo do caminho para a modernidade e para o capitalismo. Algumas questões são levantadas, como: O que teria de fato acontecido na Europa para que ela tivesse inventado o capitalismo? Ou seria essa afirmação dos historiadores mais um exemplo do roubo da história?

Braudel menciona, por exemplo, que um dos problemas da China ao não conseguir avançar mais, cedendo espaço para a Europa, foi que ela não possuía um sistema monetário complexo, que para ele era necessário para a produção e operação cambiais, enquanto a Europa possuía esse tipo de sistema. Essa alegação é intrigante por que as civilizações marítimas sempre tiveram fortes ligações umas com as outras. O Ocidente, dessa forma, ostenta possuir no saber científico, tecnológico e econômico uma superioridade sobre o resto do mundo. No entanto, estas “vantagens” são relativamente recentes, sendo discutível que tenham ocorrido antes do século XVII ou mesmo antes da Revolução Industrial.

Assim, por exemplo, desde o início da Idade Média, na Europa, até o século XVI ou XVII, a China esteve à frente do Ocidente, no que diz respeito à tecnologia e à economia. Basta lembrar que foi do Oriente que vieram as inovações que Francis Bacon, no século XVI, considerava centrais para a sociedade moderna: a bússola,

o papel, a pólvora, a prensa, a manufatura e mesmo a industrialização da seda e dos tecidos de algodão.

Segundo o esquema conceitual marxista, foi a dissolução do escravagismo antigo que produziu as condições necessárias para o estabelecimento do feudalismo medieval e a dissolução deste que gerou as condições necessárias para o surgimento do capitalismo e da modernidade na Europa. De acordo com esse esquema, onde não se encontraram tais condições, o capitalismo não surgiu espontaneamente. É assim que, para os historiadores europeus, se pretende explicar por que a Ásia não teria conhecido o capitalismo, antes de ser presa do colonialismo e do imperialismo. A região teria ficado, por milênios, atolada na estagnação daquilo que Marx chamava de “modo de produção asiático”. Ora, essa estagnação mesma jamais passou de um mito.

Goody questiona, dessa forma, os historiadores que aplicaram a noção de feudalismo a realidades geográficas e históricas distintas da Europa Ocidental, mas apesar deste cuidado, ele próprio realiza alguns anacronismos quando interpreta como antiguidades, capitalismo, renascimentos e processos de modernização fenômenos que ocorreram em outras regiões do mundo e não apenas na Europa. Apesar disto, chama a atenção para as representações do chamado Oriente em discursos ocidentais.

A ideia do relativismo cultural, desenvolvida principalmente pela Antropologia, é

importante também para a História das Relações Internacionais. Pois se não podemos avaliar valores, é no mínimo prudente supor que toda cultura tem algo de único para contribuir ao fundo comum da sabedoria humana, tanto na moral quanto em outros campos, por mais difícil que seja de demonstrar. Assim, toda cultura contribui para a história do mundo, da humanidade e, por conseguinte, para a História das Relações Internacionais. Torna-se necessário superar a concepção de estrangeiro, constituído enquanto outro, apenas como uma variante do “eu” (só há homens e não homens, europeus e não europeus, etc.). Não se pode reduzi-lo a sua diferença e ao meu discurso sobre ele, é preciso reconstituí-lo em sua humanidade: sua existência precede, é perpassada e ultrapassada por ele.

Recebido em 26 de março de 2013

Aprovado em 05 de abril de 2013

¹ Professor do Departamento de Relações Internacionais da PUC Minas. Membro do Grupo de Pesquisa das Potências Médias (Middle Power Research Group) - PUC Minas.